

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Rua Minas Gerais, nº 86, Centro, nesta cidade, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, sob a presidência do Senhor Claudio Vicente Kroth e com a presença dos conselheiros titulares, Cláucia de Lourdes Tibulo Kapper, Luis Pedro Trevisan, Cris Lisiê Kurylo, Nelson Della Valli, Jonatas Mattiazzi e Marcos Cartana e dos conselheiros suplentes Quim Fernando Massotti, Sergio Rodrigues e Gabriel Rodrigues Dias e demais presentes: Rosane Krause, Aldir Malmann e Soldado Miria. Às 17:07 o presidente Cláudio Kroth procedeu a abertura dos trabalhos e solicitou ao secretário que fizesse a leitura do edital de convocação 08/2016 e em seguida, colocou em aprovação a ata da reunião passada revista por Cláucia, como tendo o texto da reunião retrasada incluso, o secretário Quim ficou de ver o que aconteceu e a ata não foi aprovada. Seguindo com a reunião, a soldado Miria e o Sgto Gabriel apresentaram o projeto Patrulheiro Ambiental Mirim, que é um projeto da Brigada Militar Estadual e a soldado já efetuou em diversos município, em Santa Rosa foi feito somente um ano, comenta que precisam de recursos para as crianças, como uniforme, transporte, lanches, são feitos em torno de 15 encontros por semestre onde Miria ensina as crianças sobre como manter suas relações com o meio ambiente. Miria comenta que o Projeto vem desde 2007 na região, atuando em cidades como São Borja, São Luis Gonzaga, Santa Rosa e Três Passos onde em torno de 2.000 crianças já passaram pelo projeto. Contudo para execução do projeto em nossa cidade, há a necessidade de recursos para compra de material didático, uniforme para as crianças, viagens, lanches, protetor solar. É estimado o custo inicial do projeto em Vinte e Sete Mil e Novecentos Reais, porém, serão adquiridos alguns materiais permanentes e o custo posterior do projeto irá baixar. Posto em votação o projeto é aprovado por unanimidade a solicitação de recursos no valor aproximado de Vinte e Sete Mil e Novecentos Reais para o projeto Patrulheiro Ambiental Mirim. Seguindo com a reunião, quanto a questão dos agrotóxicos, Marcos Cartana fala na crescente preocupação de várias entidades e associações médicas focando em nossa região quanto a utilização de agrotóxicos. Comenta que se preocupa com a peculiar característica de nossa cidade de utilização de agrotóxicos no perímetro urbano. Fala que como Conselho, começamos a discutir essa realidade, vamos trazer novas alternativas, estudar. Em vez de só compactuar com isso, vamos estudar possibilidades de resolver o problema e na sua opinião, acredita que seja melhor regrar essa questão de agrotóxicos. Jonatas comenta sobre a clandestinidade dos agrotóxicos em nossa cidade. Trevisan comenta que esses casos são de Policia Federal, mas utilização e comércio é pela Secretaria da Agricultura do Estado o controle e comenta que na legislação não se estipula distancia para aplicação, que a lei só fala em aplicar no momento certo, quando não ter vento, mas pode ser a cinco metros da porta do vizinho. Cartana comenta que enquanto conselho, seria a hora de instigar essa problemática. Solicitou a pauta por sua preocupação em começar a discutir o fato. Os fatos de depressão, suicídio e demais problemas na saúde de nossa região é pauta toda semana em jornais e imprensa. Isso não é só problema de genética ou cultural, precisamos achar formas alternativas para isso.

Aldir fala que defensivos cabe a União e Estado a gestão, que o município tentou proibir o “24D” e durou trinta dias até ser derrubada a lei municipal. Sgto Gabriel pede se há estudos sobre o problema de saúde da população. Cartana fala que quando há suspeita de agrotóxicos, a pessoa não relata geralmente, por isso a associação médica está preocupada, pois utilizam agrotóxicos proibidos e depois não querem evidenciar. Trevisan comenta que sua profissão é muito ligada a isso, mas que os médicos diagnosticam câncer, câncer, mas não tem como provar do que veio. Há trinta anos foi feito estudo e no leite materno foi achado resíduos de agrotóxicos. Atualmente no trigo, farinha, há resíduos de glifosato. Mas é um assunto bastante complexo. Jonatas comenta sobre o debate com a ong terra verde e Benvegnu e diz que já participou de pesquisas e que é evidente que há problemas mas que em questão de números não conseguem provar nada. Cartana comenta que a equipe técnica inteira da Secretaria de Planejamento acha que temos que determinar uma distancia ou algum regramento, sem desmerecer quem está plantando nesses locais mas começar a regrar isso. Claudio comenta que o Sr. Nelson Della Valli oficializa para que se leve ao COMAPI a questão. Nelson comenta que o perímetro urbano foi expandido mas na época se comentou que poderiam continuar plantando. Que a realidade hoje não permite não utilizar venenos. Trevisan comenta que está oficializado a figura do agricultor urbano há alguns anos. Quim fala sobre o receituário, que o agrônomo que receitar o defensivo para áreas urbanas pode se complicar e por isso os produtores estariam tendo dificuldades. Nelson fala que o trigo de outras países importado nem é feito teste. Cláucia comenta que tem que visualizar onde há número de pessoas, aglomerados,

para tentar reter isso. Fica acertado entre os conselheiros que se envie um ofício aos outros conselhos para que depois se discuta melhor a questão. Seguindo com a reunião, assuntos gerais, Jonatas fala que Macos Scherer sugeriu que trouxesse pro CONSEMMA uma questão sobre a avaliação de quantificação de resíduos RCCs feitos há dez anos. O objetivo do estudo foi o Plano Integrado de Gestão de Resíduos de Construção Civil em 2011 e esse Plano comenta sobre licenciamento ambiental para transportadores de RCCs, e outras coisas mais e comenta que hoje não está acontecendo. Fala porque em 2006 foi dada isenção para ele mesmo, que é transportador, quando buscaram se cadastrar no município. Fala que esse diagnóstico aponta quais empreendimentos deveriam ser instalados e assim implantou-se a RESICON. E hoje está aqui porque está com dificuldade de fazer chegar até lá os RCCs. E com isso a central de recebimento não opera de maneira satisfatória. Vem sugerir que o município deve exigir uma estimativa de geração de RCC para grandes obras (PGRCC) onde o profissional técnico responsável descreve como irá armazenar, transportar e realizar a destinação final. Hoje o município exige apenas uma declaração indicando a RESICON e depois não cobra a apresentação dos CTR's acumulados durante a obra para fiscalizar a efetiva destinação correta. Poderia ser feito como forma de liberar o habite-se, por exemplo, ou o contribuinte deve pagar uma multa. Fala sobre normas e padrões para transporte de RCCs que não são cobradas, e em reunião com secretários do governo, Lina, Calixto, Luconi e Nasi junto com o promotor Marcelo Squarça, disseram que iam providenciar ações. Sugere que a prefeitura cadastrasse e licenciasse os transportadores de RCCs com validade de um ano, comenta ainda que a CTR deve ser cobrada. Nada mais tendo para tratar, às 18:50 foi encerrada a reunião. Essa ata leva assinatura do senhor presidente Cláudio Vicente Kroth e do secretário do CONSEMMA, Quim Fernando Massotti.

Cláudio Vicente Kroth
Presidente

Quim Fernando Massotti
Secretário